



VI JORNADAS MERCOSUL

MEMÓRIA, AMBIENTE E PATRIMÔNIO

UNIVERSIDADE
LaSalle
Editora



Universidade La Salle

Reitor: *Paulo Fossatti*

Vice-Reitor: *Cledes Antonio Casagrande*

Pró-Reitor Acadêmico: *Cledes Antonio Casagrande*

Pró-Reitor de Administração: *Vitor Augusto Costa Benites*

Conselho da Editora Unilasalle

*Andressa de Souza, Cledes Antonio Casagrande, Cristiele Magalhães Ribeiro,
Jonas Rodrigues Saraiva, Lúcia Regina Lucas da Rosa, Patrícia Kayser Vargas Mangan,
Rute Henrique da Silva Ferreira, Tamára Cecília Karawejczyk Telles,
Zilá Bernd, Ricardo Figueiredo Neujahr*

Projeto gráfico e diagramação: Editora Unilasalle - *Ricardo Neujahr*

Imagem de Capa: *MKT - Unilasalle*

Revisão final: *Judite Sanson de Bem*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J82s Jornadas Mercosul : memória, ambiente e patrimônio (6. : 2020 :
Canoas, RS).
VI Jornadas Mercosul [recurso eletrônico] : memória, ambiente
e patrimônio / Judite Sanson de Bem, Cristina Vargas Cademartori,
Danielle Heberle Viegas, organizadoras. – Dados eletrônicos. –
Canoas, RS : Ed. Unilasalle, 2021.

ISBN 978-65-89486-20-6

Livro eletrônico.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: < [https://revistas.unilasalle.edu.br/
index.php/books/article/download/9008/3378](https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/books/article/download/9008/3378) >.

1. Memória social – Eventos. 2. Ambiente. 3. Patrimônio
cultural. 4. Mercosul. I. Bem, Judite Sanson de. II. Cademartori,
Cristina Vargas. III. Viegas, Danielle Heberle. IV. Título.

CDU: 930(063)

Bibliotecário responsável: Samarone Guedes Silveira - CRB 10/1418

Editora Unilasalle

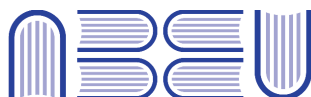
Av. Victor Barreto, 2288 | Canoas, RS | 92.010-000

<http://livrariavirtual.unilasalle.edu.br>

editora@unilasalle.edu.br

+55 51 3476.8603

Editora filiada a



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

SUMÁRIO

GT1

DUAS VISÕES SOBRE A PAISAGEM AGRÁRIA BRASILEIRA: UM PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA EM CAIO PRADO JR. E GILENO DÉ CARLI	12
<i>Francisco L. de Aviz Neto, Roberta Barros Meira, Mariluci Neis Carelli</i>	
INTERLOCUÇÕES PATRIMONIAIS NA LITERATURA: A PRESENÇA VIVA DA PAISAGEM NA TRILOGIA “AS AREIAS DO IMPERADOR” DE MIA COUTO	17
<i>Julio Cesar Vieira, Roberta Barros Meira, Taiza Mara Rauen Moraes</i>	
PERCEPÇÃO DE MORADORES DE GUAÍBA, RS, SOBRE A PRESENÇA DE (<i>Caiman latirostris</i> Daudin, 1802) EM ZONA URBANA	23
<i>Fernanda Ribeiro Machado, Cristina Cademartori</i>	
ÁREAS VERDES URBANAS: PARA ALÉM DE ESPAÇOS DE LAZER	32
<i>Thaís Brauner do Rosario, Cristina Vargas Cademartori</i>	
UNESCO E O PATRIMÔNIO MUNDIAL NATURAL: ESTRATÉGIAS DE GOVERNANÇA (1972-1990)	37
<i>Moroni de Almeida Vidal, Arselle de Andrade da Fontoura</i>	
PATRIMONIALIZAÇÃO DA CACHAÇA MORRETIANA POR MEIO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	43
<i>Alini Nunes de Oliveira</i>	
QUALIDADE DA ÁGUA E DO SOLO DE CULTIVO CONVENCIONAL E ORGÂNICO DE ARROZ PRÉ-GERMINADO	48
<i>Enio Sebastião Vicente de Jesus, Fernanda Siqueira Souza, Anelise Beneduzi da Silveira</i>	
QUANDO OS SILENCIAMENTOS ECOAM PELA CIDADE: HISTÓRIA DE RESISTÊNCIAS DO MARACATU EM JOINVILLE/SC	54
<i>Evelyn de Jesus Jeronimo, Roberta Barros Meira</i>	
PATRIMÔNIO MUNDIAL MISTO E TURISMO: O CASO DE ULURU-KATA TJUTA	59
<i>Valéria Fernanda Serpa Steinke, Moroni de Almeida Vidal</i>	
ESTUDO DE CASO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COLETA SELETIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA VISÃO PRELIMINAR	64
<i>Daniela da Cunha Silveira, Cristina Vargas Cademartori</i>	
PANORAMA SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO/RS	69
<i>Débora Carline Baierle, Danielle Heberle Viegas, Judite Sanson de Bem</i>	
CULTURA MATERIAL E SUBJETIVIDADE: ENTRE OBJETOS E COISAS	76
<i>Rosane Patrícia Fernandes, Jéssica Borges Caikoski, Dione da Rocha Bandeira, Mariluci Neis Carreli</i>	
EL PAISAJE CULTURAL Y EL DESARROLLO SOSTENIBLE, DISPUTAS CONCEPTUALES EN EL MAPA GEOPOLÍTICO DE AMÉRICA LATINA Y LA BUROCRACIA DE LA CONSERVACIÓN	82
<i>Lucía Riba Hernández</i>	
A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	87
<i>João De Mattia Neto, Dione da Rocha Bandeira, Patricia de Oliveira Areas</i>	

O PATRIMÔNIO GENÉTICO E OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	93
<i>Jennifer Souza da Silva, Julieine Schineider Bergmann, Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira</i>	
A INDÚSTRIA DE COURO VERSUS AMBIENTE: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A POLUIÇÃO INDUSTRIAL DOS CURTUMES (1980-1990)	99
<i>Magnus Samuel Popp</i>	
ROTA DOS BUTIAZAI (BRASIL-URUGUAI-ARGENTINA): INTEGRANDO PAISAGENS CULTURAIS LOCAIS	105
<i>Adriana Aparecida Felini, Cleusa Maria Gomes Graebin</i>	
PATRIMÔNIO CULTURAL E PLANO DIRETOR: UMA CONVERGÊNCIA NECESSÁRIA	112
<i>Eleonora Bahr Pessôa, Mariluci Neis Carelli, Dione da Rocha Bandeira</i>	
AVALIAÇÃO DA TOXICIDADE EM ORGANISMO MODELO FRENTE À DINÂMICA DE USO DA ÁGUA DE IRRIGAÇÃO	116
<i>Gustavo Silva Achutti, Juliana da Silva, Fernanda Rabaioli da Silva</i>	

GT2

RECORTES DA PANDEMIA: O MUSEU BRITÂNICO NA PONTA DOS DEDOS	122
<i>Gelson Luiz Benatti, Robson da Silva Constante</i>	
AS POLÍTICAS HIGIENISTAS, A DERRUBADA E O ESQUECIMENTO DO MORRO DO CASTELO, NO RIO DE JANEIRO (1920 - 1922)	128
<i>Paula Purim Manfredini</i>	
ANÁLISE DO IMPACTO AO PATRIMÔNIO CULTURAL EM ESTUDOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ...	133
<i>Flávia Monaco Vieira, Judite Sanson de Bem, Rute Henrique da Silva Ferreira</i>	
FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	139
<i>Paulo Fernando Pires da Silveira</i>	
O CASO DO PARQUE KNORR – GRAMADO/RS	144
<i>Julio Cesar Dorneles da Silva, Marcos Paulo Dhein Griebeler</i>	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO COREDE PARANHANA ENCOSTA DA SERRA – RS	150
<i>Nathália Lehn, Marcos Paulo Dhein Griebeler</i>	
A RESPONSABILIDADE DA PRESERVAÇÃO DO CORREDOR CULTURAL DE NOVO HAMBURGO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	156
<i>Magda Rosí Brodbeck, Geisa Tamara Bugs</i>	
A EDUCAÇÃO LASSALISTA NO RIO GRANDE DO SUL: LEGADO PEDAGÓGICO	166
<i>Sergio Luiz Silveira Dias, Clóvis Trezzi</i>	
A HISTÓRIA DAS MULHERES: UM PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL	172
<i>Denise Regina Quaresma da Silva, Karina Dias da Silva</i>	
CANOAS, A CIDADE DOS AVIÕES	175
<i>Jairo Alberto Vieira Schutz</i>	

INOVAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO: UM ESTUDO PRELIMINAR	181
<i>Gabriel Lima de Castro, Ilanil Coelho, Fernando Cesar Sossai</i>	
OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E A TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CANOAS	185
<i>Maria Geraldina Venancio</i>	
INOVAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO: UM ESTUDO PRELIMINAR	190
<i>Gabriel Lima de Castro, Ilanil Coelho, Fernando Cesar Sossai</i>	
ARQUITETANDO: PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E PLANEJAMENTO URBANO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA	194
<i>Claudia Jéssica Dias Zanotelli</i>	
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA E A NOVA CULTURA RESTAURATIVA	198
<i>Moysés Lopes Prates</i>	
COVID-19 E 14ª PRIMAVERA DOS MUSEUS: PRODUÇÕES E APROPRIAÇÕES DIGITAIS	205
<i>Tatiana Araujo de Lima, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
MATERIALIDADE DA CULTURA IMATERIAL: MINGAU DE TAPIOCA	210
<i>Maria Cristina Machado de Carvalho</i>	

GT 3

PARA UMA MEMÓRIA HISTÓRICA/HUMANA: COM VOZ E CORPO PARA AS VÍTIMAS DO CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA	218
<i>Jennifer Paola Pisso Concha</i>	
CEMITÉRIOS COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA E O CASO DO CAMPO SANTO DOS IMIGRANTES	223
<i>Bianca Mascarello Giotti</i>	
A CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS COMO LUGAR DE MEMÓRIA	228
<i>Jonatan da Silva Ribeiro</i>	
LÍBANO EM CHAMAS: A FALÊNCIA DA PÉROLA DO ORIENTE MÉDIO	234
<i>Bruno Roque Younes</i>	
DIREITOS HUMANOS, MEMÓRIAS GLOBAIS E O MUSEU PARA O ICOM	239
<i>Letícia Borges Nedel, Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Renata Cardozo Padilha</i>	
PELA MEMORIALIZAÇÃO DA CASA DA MORTE E DA VIOLÊNCIA POLÍTICA	244
<i>Caroline Murta Lemos</i>	
MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO E APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO NA PEQUENA ÁFRICA	249
<i>Débora Anízio Rios</i>	

GT 4

DISCUTIENDO EL PATRIMONIO LATINOAMERICANO A LA LUZ DE LOS EPISODIOS TRAUMÁTICOS DE LAS ÚLTIMAS DICTADURAS DE LA REGIÓN	255
<i>Ana María Sosa González</i>	

UM ACERVO CONTROVERSO: O CASO DO CANHÃO EL CRISTIANO	256
<i>Jaqueline de Jesus Hoiça, Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes</i>	
COLEÇÃO OPERA OMNIA DE ARISTÓTELES: INDÍCIOS DE UM PERCURSO MULTISSECLAR	260
<i>Christian de Lima, Celso Bordignon, Eliana Rela</i>	
A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CANOAS NAS DÉCADAS (1950-1980): MEMÓRIAS DE TRABALHADORES	265
<i>Leonel Valdenir Moraes</i>	
OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E A CUSTÓDIA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	270
<i>Djiovan Vinícius Carvalho, Vanessa Gomes de Campos</i>	
O ARQUIVO DE THIAGO WÜRTH: ARTICULANDO MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA	276
<i>Mireile Steiner de Sousa, Cleusa Maria Gomes Graebin</i>	

GT 5

LITERATURANDO A TERCEIRA IDADE	283
<i>Magali Regina Biffi</i>	
OS ESPAÇOS E OS LUGARES DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NO BRASIL COLÔNIA E REPÚBLICA 1500-1889	288
<i>Marcos Rogério dos Santos Souza, Elizandra Souza dos Reis, Denise Regina Quaresma da Silva</i>	
A DINÂMICA DA CULTURA RUSSA NO BRASIL UM DIÁLOGO SOBRE AS IDENTIDADES	295
<i>Marcos Pedro da Silva</i>	
OUTROS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: ESCOLA E O ACESSO À CULTURA	299
<i>Tatiane Peres Zawaski, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
MILONGUEANDO MEMÓRIAS: VESTÍGIOS DO NEGRO NA PAISAGEM PAMPIANA	304
<i>Jucelino Viçosa de Viçosa, Cleusa Maria Gomes Graebin</i>	
MEMÓRIA CULTURAL E ANCESTRALIDADE EM A CHAVE DE CASA, DE TATIANA SALEM LEVY	309
<i>Tanira Rodrigues Soares</i>	
A OCUPAÇÃO DA AMÉRICA: MISSÕES JESUÍTICAS E O GIRO DECOLONIAL	316
<i>Vanessa Fiorini, Marcos Rogério dos Santos Souza, Gilberto Ferreira da Silva</i>	
QUANDO A HISTÓRIA E A LITERATURA COLIDEM: O CASO DE GREGÓRIO DE MATOS GUERRA ...	321
<i>Natália Cristina Christoff</i>	
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE UM EDUCADOR FÍSICO: ENTREVISTA COM LEDA SALETE FERRI DO NASCIMENTO	326
<i>Marco Antonio Merenhque Silva, Robson da Silva Constante, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
A ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA	331
<i>Sabrina Henz, Lúcia Regina Lucas da Rosa</i>	
DISPONIBILIDADE DE CURSOS GRATUITOS ONLINE DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	336
<i>Joseane da Silva Novo, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	

A CIDADE CONTEMPORÂNEA: GOVERNANÇA E MOBILIDADE INTELIGENTE PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	342
<i>Paulo Gustavo Sehn, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA: BRIZOLETAS COMO BEM CULTURAL	347
<i>Carlos Evandro Schneider, Patrícia Kayser Vargas Mangan, Moisés Waismann</i>	
DOCENTE E INTERCULTURALIDADE: DIALOGANDO COM A PRODUÇÃO	352
<i>Masaaki A. Funakura</i>	
OBRAS LITERÁRIAS COMO METODOLOGIA DE ENSINO EM TEMPOS DE CRISE	356
<i>Monique Valgas Ferreira</i>	
ESCRITAS “DESCONCERTANTES” NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	360
<i>Zilá Bernd</i>	

GT 6

ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERATIVA DE CATADORES DE LAJEADO	367
<i>Janaína da Rocha Snel, Flávio Régio Brambilla</i>	
LÓGICA DOMINANTE DO SERVIÇO, COCRIAÇÃO E GERAÇÃO DE VALOR	373
<i>Flávio Régio Brambilla</i>	
LÓGICA DO SERVIÇO E COCRIAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO	378
<i>Flávio Régio Brambilla, Maicon da Silva, Luis Carlos Alves da Silva</i>	
CARTOGRAFANDO MEMÓRIAS DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA INTEGRAL: MEDITAÇÃO E YOGA, PARA ALÉM DO CONHECER, O CONHECER-SE	384
<i>Patrícia Branco, Tamara Cecília Karawejczyk Telles, Lúcia Regina Lucas Rosa</i>	
DEMOSCENE: O PRIMEIRO PATRIMÔNIO DIGITAL RECONHECIDO PELA UNESCO	395
<i>Maria Elena Medeiros Marcos, Fernando Cesar Sossai</i>	
REFLEXÕES SOBRE BOAS PRÁTICAS DE SECRETÁRIAS DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	400
<i>Silvia Adriana da Silva Soares, Tamara Cecília karawejczyk Telles</i>	
AS ATIVIDADES TURÍSTICAS DO CAMINHOS DE PEDRA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	405
<i>Fabiana Tramontin Bonho, Roberto Amaral Schinoff, Judite de Bem Sanson</i>	
BRASÍLIA, PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO: A PRESERVAÇÃO DO PLANO PILOTO (1960-1987)	411
<i>Vinicius José Mira, Fernando Cesar Sossai, Diego Finder Machado</i>	
O PAPEL DE UM CENTRO DE MEMÓRIA PARA O NEGÓCIO DA BAGERGS: NOTAS DE IMPLANTAÇÃO ..	416
<i>Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves, Moisés Waismann</i>	
A GESTÃO DA FERROVIA DO VINHO COMO CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	421
<i>Roberto Amaral Schinoff, Fabiana Tramontin Bonho, Judite de Bem Sanson</i>	
MEMÓRIA DE GESTÃO CULTURAL DURANTE O PERÍODO DO REGIME MILITAR	427
<i>Thiago Buzatto Storck, Judite Sanson de Bem</i>	

LUZES DA RIBALTA - A (RE)INVENÇÃO DO TEATRO NA PANDEMIA	432
<i>Márcio Leandro Michel</i>	
CULTURA, ESPAÇO URBANO E LAZER	438
<i>Raquel da Silva Pavin</i>	
GESTÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO: A EXPOSIÇÃO QUEERMUSEU NO ESPAÇO CULTURAL SANTANDER	444
<i>Nathalie Schneider</i>	
ENTREVISTAS QUALITATIVAS NOS CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL: DA CONCEPÇÃO AO DOCUMENTO	449
<i>Ana Lérica Pacheco Gutierrez, Maria de Lourdes Borges, Artur César Isaia</i>	
O GESTOR CULTURAL GIANCARLO MECARELLI	454
<i>Paulo Fernando Pires da Silveira</i>	
PRÁTICAS DE UMA ASSOCIAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	459
<i>Gabriela Goldmeier, Maria de Lourdes Borges</i>	
DESAFIANDO A IDADE, ROMPENDO PRECONCEITOS: VAMOS FAZER UMA BANDA?	464
<i>Eliane Jost Blessmann, Patrícia Kayser Vargas Mangan, Tamára Cecília Karawejczyk Telles</i>	
TRABALHADORES IMIGRANTES, POR SEXO, NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO BRASIL NO ANO DE 2018	469
<i>Margarete Panerai Araújo, Moisés Waismann, Judite Sanson de Bem</i>	
AS PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIAS A CERCA DO ACESSO AOS DIREITOS E BENS CULTURAIS	474
<i>Estelamaris de Barros Dihl</i>	
O PERFIL DO CONSUMIDOR DE CULTURA NO BRASIL E NA CAPITAL DO RIO GRANDE DO SUL	479
<i>Cleberli Fabiano Costa de Arruda, Judite Sanson de Bem</i>	
CONSUMO DE JORNALISMO E MÍDIAS DURANTE A PANDEMIA: VALORIZAÇÃO DA CREDIBILIDADE DO PROFISSIONAL	484
<i>Adriana Seibert de Oliveira</i>	

GT 7

DEMOCRACIA E IMPERIALISMO: O PARADOXO ESTADUNIDENSE	490
<i>Gabriela Oliveira Elesbão</i>	
PARTIGIANE COMBATTENTI: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA RESISTÊNCIA ITALIANA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	495
<i>Bárbara Manon Rodrigues Munhoz</i>	
TELEDRAMATURGIA E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO HORÁRIO DAS NOVE DA GLOBO NOS ANOS 2000	499
<i>Talles Garcia Santana</i>	
RACISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA RESOLUÇÃO 3379 DA ONU ...	504
<i>Joice da Silva Ferreira</i>	

GT 8

TRADIÇÃO E HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DAS SANTIDADES DE UM EREMITA E UMA CRUZ NO NORTE PERUANO	510
--	-----

Alexandre Karsburg

A TRANSMISSÃO DO SABER-BENZER DO ORAL AO DIGITAL	516
--	-----

Mariana de Carvalho Ilheo

GT 9

GERMANIDADE E ETNICIDADE: O CASO DE ESTRELA/RS	522
--	-----

Josemir José Gregory

ESCOLA DE CAMPO: IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL	526
---	-----

Shirlei Alexandra Fetter, Universidade La Salle, Raquel Karpinski

EDUCAÇÃO COMO DIREITO: A INSERÇÃO DE IMIGRANTES NO ESPAÇO ESCOLAR	530
---	-----

Maisson da Silva Berg, Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli, Ana Cristina Tomasini

HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES QUILOMBOLAS COMO PATRIMÔNIO	535
--	-----

Bruna de Souza Medina, Raquel Alvarenga Sena Venera

INDÚSTRIA CALÇADISTA, MIGRAÇÕES E OPERARIADO EM IGREJINHA/RS (1960-1970)	540
--	-----

Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli

A LÁPIDES E OS ESCANDINAVOS: O CEMITÉRIO DO IMIGRANTE DE JOINVILLE COMO UM LOCAL DE MEMÓRIA	544
---	-----

Rebeka Hilda Rodrigues, Dione da Rocha Bandeira

DESIGUALDADES CULTURAIS E O CONTEXTO DOS QUILOMBOLAS	549
--	-----

Jorge Nascimento, Cleusa Maria Graebin, Maria de Lourdes Borges

MEMÓRIAS DE DUAS ARTISTAS PLÁSTICAS IDOSAS VINCULADAS A ASSOCIAÇÃO CHICO LISBOA ...	553
---	-----

Arlete Caye

EL PAISAJE CULTURAL Y EL DESARROLLO SOSTENIBLE, DISPUTAS CONCEPTUALES EN EL MAPA GEOPOLÍTICO DE AMÉRICA LATINA Y LA BUROCRACIA DE LA CONSERVACIÓN

Lucía Riba Hernández

Universidade Federal da Bahia

Introducción

Este breve texto procura aportar algunos elementos de análisis que vinculan la conservación de los paisajes culturales en América Latina, en el marco del desarrollo sostenible como meta que fue construida e institucionalizada de forma que actuase como “universal”, y la dificultad que esto conlleva para el reconocimiento y la efectivación de la salvaguarda de estos paisajes en contextos de disputas territoriales, abruptas desigualdades sociales y contextos político-económicos en tensión permanente, problemas asociados a las demandas del mercado de los bienes comunes. Los paisajes culturales, se reconocen como diversos, complejos y con mayor presencia en los últimos años en las narrativas de la burocracia internacional, que bajo la bandera del desarrollo sostenible se han convertido en un agente más dentro del espacio de disputa por su gestión y conservación. Se plantea que estas nuevas versiones del paisaje cultural podrían estar reproduciendo prácticas de carácter extractivo, y no necesariamente garantizando el buen vivir de las comunidades y su efectiva conservación.

El paisaje cultural, concepto polisémico.

Específicamente, el paisaje, tal como ha sido instituido dentro del repertorio de la conservación patrimonial, no se distancia de la idea de patrimonio producto de la ideología romántica, que durante el siglo XIX consagra en Europa las nociones de excepcionalidad y monumentalidad en asociación con la idea de belleza y grandeza, siendo constituidos como criterios de selección (SANT’ANNA, p. ii, 2004). Esta misma perspectiva ancla el paisaje con la idea pictórica de la perspectiva y en la naturaleza como sus elementos esenciales (RIBEIRO, 2007; FIGUEIREDO, 2013), requisitos aún prevalecientes en la idea más generalizada del paisaje.

El paisaje es objeto de trabajo de distintas disciplinas, entre ellas la Arquitectura, la Geografía, la Historia, la Ecología, la Arqueología y el Arte, debido a esta diversidad de ámbitos, se considera un concepto polisémico (METZGER, 2001; FIGUEIREDO, 2013), lo cual puede representar una amplitud importante de énfasis, según el enfoque dado y los intereses de investigación. Concretamente, desde la Geografía Cultural, y de acuerdo con Milton Santos (1988, p. 21), asumimos que el paisaje corresponde al “resultado de las relaciones sociales, de las formas de producción, de las funciones y sentidos que pueden describirlo en cualquier condición como cultural y como producto heterogéneo de la multiplicidad”. Posteriormente, Santos amplía este concepto aclarando que el paisaje no es espacio, sino más bien “el conjunto de formas que, en un dado momento, expresan las herencias que representan las sucesivas relaciones localizadas entre hombre y naturaleza”, por consiguiente, corresponde solamente a una porción visible de la configuración del territorio (SANTOS, 2014. p. 103).

El paisaje cultural, como categoría y noción de conservación patrimonial, retoma estos elementos y es traducido en distintas versiones, algunas de ellas tienen un papel discursivo de mayor alcance y se han construido como referencias casi obligatorias para el campo de la conservación patrimonial. Tal es el caso de la Convención para la Protección del Patrimonio Mundial de 1972, cuya Guía Operativa en su versión de 2019 lo define como

... “la obra combinada de la naturaleza y el hombre”, como definido en el Artículo 1 de la



Convención. Son ilustrativos de la evolución de la sociedad y los asentamientos humanos a los largo del tiempo, bajo la influencia de restricciones físicas y/o las oportunidades presentadas por su ambiente natural y de las sucesivas fuerzas sociales, económicas y culturales, tanto internas como externas”^{[1][2]}(UNESCO, p. 20, 2019, traducción nuestra).

Por otro lado, el concepto utilizado por la Convención Europea del Paisaje, que aunque no detalla el término cultural, ha sido acuñado por paisajistas, especialistas de las conservación y sus agentes gestores, y ha sido también categóricamente instituido como una referencia obligatoria. La Convención señala que el paisaje “significa un área, tal como percibida por las personas, cuyo character es el resultado de la acción y la interacción de factores naturales y/o humanos” (CONSEJO DE EUROPA, p. 3, 2000, traducción nuestra).

Ambas definiciones coinciden en ser contextualizadas como categorías que responden a la meta del desarrollo sostenible como componente estructural que debe orientar las acciones de gestión y conservación del paisaje, y concretamente de los paisajes culturales. Los paisajes en este caso, son colocados en el escenario de la praxis de la conservación, tanto del patrimonio cultural como del natural, siendo ahora transformados en bienes que requieren la activación de esfuerzos para evitar la desaparición tanto de sus componentes biofísicos, como de los culturales, los sensoriales, los socio-productivos y de los valores que a ellos se atribuyen; no obstante, en el caso de la naturaleza, la categoría contempla teóricamente, desde una perspectiva occidental, los valores dados a especies, lugares y ecosistemas que representan recursos para mantener la vida en el planeta, pero que principalmente son parte de las cadenas productivas que permiten la reproducción de capital y la sobrevivencia del mercado.

Según lo señala Scifoni (2006, p. 27), la institucionalización del patrimonio natural se sustenta en las prácticas de la conservación del patrimonio cultural y en dos ámbitos, el mundial que se adhirió a la noción de monumentalidad y belleza, ideas constituyentes de la noción de patrimonio en su versión occidental y eurocentrada, y cuyo marco de referencia es la Convención de 1972; y el estatal, que se articula ante las demandas de los movimientos comunitarios, académicos y colectivos. Sin embargo, podríamos agregar un tercer ámbito, el de la filantropía internacional que opera a partir del discurso del desarrollo sostenible mediante mecanismos económicos y burocráticos que sustentan una red importante de organizaciones no gubernamentales (ONGs). Esta red interactúa con las dos anteriores y responde a un “mercado” en el que las ONGs tienden a modular su postura política de acuerdo con sus objetivos, las alianzas establecidas y los intereses político-económicos que la agenda del ámbito “mundial” moviliza.

El desarrollo sostenible, el concepto “bueno” y estratégico

Según Leff (2004, p. 100), la crisis ambiental de la década de los 60, relacionada con la expansión urbana, los síntomas de las consecuencias de las tecnologías de la producción sobre la biodiversidad y los ecosistemas, junto con la ampliación de la brecha de la desigualdad social, evidenció que límites de crecimiento económico estarían siendo ultrapasados, de manera que la disponibilidad de recursos y fuentes de energía llamados por Hardim “los comunes” (HARDIM, 1968, p. 2) se encontrarían en serio riesgo. La respuesta inicial de los Estados fue responsabilizar al crecimiento poblacional como la causa, especialmente en el llamado Tercer Mundo, sin que fuesen expuestos los mecanismos de exploración de la naturaleza y las personas que el capitalismo activaba desde el Siglo XVI y que ahora eran más críticos.

Como respuesta teórica y política a la crisis, en 1987, el Informe Burndtland de la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y Desarrollo de las Naciones Unidas, propone el término Desarrollo Sostenible, como aquel “que entraña la satisfacción de las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las futuras generaciones para satisfacer sus propias necesidades, debe convertirse en el principio central de orientación de las Naciones Unidas, los gobiernos y las instituciones, organizaciones y empresas privadas” (ONU, 1987, p. 62-63). Queda así instituido un concepto que hasta la fecha es de carácter obligatorio para toda acción o discurso asociado al desarrollo, el bienestar



y la conservación. Esta retórica lo instituye también, como un concepto “bueno e indispensable” para la inclusión del ambiente en los discursos políticos, y para la venta de proyectos por parte de una buena cantidad de organizaciones que actúan bajo la sombrilla de la cooperación internacional, y a la vez, justifica para el libre mercado la idea de que el crecimiento económico no tiene límites y maquilla prácticas con impactos sociales y ambientales negativos y significativos. Los resultados de este proceso sobre los territorios y los paisajes, se resumen en la intensificación en las prácticas neoextrativistas,³⁰ que tal y como lo señala Svampa (2019), generan un mapa que describe a América Latina como:

... la región más desigual del planeta, es también la región con la peor distribución de tierras a nivel global, a raíz del avance de los monocultivos y la desposesión, en beneficio de grandes empresas y latifundistas privados... Así, la expansión de la frontera agrícola se hizo en favor de los grandes actores económicos, interesados en implementar cultivos transgénicos ligados a la soja, la palma de aceite, la caña de azúcar, entre otros (SVAMPA, 2019, p. 120, apud OXFAM, 2016).

Esta estrategia discursiva busca codificar y reconvertir a la cultura y a la naturaleza dentro de la lógica del capital. Estrategia que, como lo menciona Giglo (2001, p. 91), se refleja en los sesgos persistentes en la descripción y clasificación del patrimonio que comprende a la naturaleza, bajo la denominación de recursos naturales realizada en América Latina y el Caribe, bajo distintos dispositivos políticos:

1. A partir de la jerarquización casi exclusiva de los bienes y recursos que son de interés para los países desarrollados en función de sus transacciones en el mercado internacional, establecida con base en los mecanismos que universalizaron una noción de la naturaleza sujeta a la exploración, como materia prima para soportar al capitalismo y, del otro lado, sujeta a la conservación en porciones territoriales delimitadas, las cuales son también capitalizables para la extracción de energía y el turismo, por ejemplo.
2. La importancia de los bienes y recursos que tienen un papel cada vez más relevante en la situación ambiental global, como el patrimonio genético y los bosques tropicales. Estos “bienes comunes” entran en las listas de riesgo y son valorizados mediante cuentas patrimoniales que terminan, la mayoría de las veces, transfiriendo responsabilidades para los Estados y ganancias para el sector de las multinacionales que los usufructúan.
3. Los procesos de transculturización y aculturación que modifican los modos de vida y tienden a subvalorar tradiciones y costumbres de las comunidades en la región, lo que crea cambios significativos en el uso y valorización del patrimonio natural.

Esta breve contextualización se enmarca en un sistema que articula a los Estados y la burocracia internacional, mediante acuerdos multilaterales y la creación de Programas con una agenda permanente que incluye proyectos, convenios público-privados, eventos y la realización periódica de Conferencias y Cumbres, y donde el paisaje aparece cada vez con mayor frecuencia. Concretamente, desde la Conferencia de Estocolmo de 1972 y hasta la Agenda para el Desarrollo 2030, la “agenda internacional” mantiene una noción de naturaleza anclada en sus aspectos ecológicos, cuya relación no económica y vinculada a la cultura se trata solamente en lo respectivo a las comunidades tradicionales, principalmente las indígenas. Este sistema, constituido en su totalidad bajo una perspectiva eurocentrada, ha establecido comités, oficinas regionales, proyectos y programas, algunos de carácter permanente en América Latina y el Caribe, y como es el caso de Uicn e Icomos están activamente integradas en las discusiones del Comité del Patrimonio Mundial y con mayor recurrencia han incorporado un lenguaje y acciones

30 Svampa (2019, p. 34) define desarrollo neoextrativista como “aquel patrón de acumulación basado en la sobreexplotación de recursos naturales, en gran parte no renovables, así como en la expansión de las fronteras hacia territorios antes considerados como «improductivos». El neoextractivismo instala una dinámica vertical que irrumpe en los territorios y a su paso va desestructurando economías regionales, destruyendo biodiversidad y profundizando de modo peligroso el proceso de acaparamiento de tierras, al expulsar o desplazar a comunidades rurales, campesinas o indígenas, y violentando procesos de decisión ciudadana.”



propias de la diplomacia del desarrollo sostenible, creando nuevos objetos de trabajo que tienen al paisaje como foco, tales son, por ejemplo, los Paisajes Productivos, los Corredores Biológicos, los Pueblos Mágicos y los Paisajes Históricos Urbanos.

El paisaje cultural y su presencia como sub-categoría en la Lista del Patrimonio Mundial se concreta en 1992, en la sesión número 16 del Comité del Patrimonio Mundial, y representó, al menos discursivamente, una ampliación al contenido operativo de la Convención y sería la vía para crear la interface entre las nociones de naturaleza y cultura, dicotomía ampliamente criticada, integrar el desarrollo sostenible ahora ya universalizado por el sistema de las Naciones Unidas, y cumplir con los compromisos para nivelar la composición de la Lista, con el fin de compensar la fuerte presencia de ciudades y centros históricos en la categoría de patrimonio cultural, en contraste con el patrimonio natural inclusive, así como de aquellos localizados en Europa (casi el 50% de la totalidad se ubica en esta región), principalmente.

El paisaje cultural ahora ya institucionalizado por el Comité y el sistema Unesco, es propuesto como una categoría que responde también a las actualizaciones y ampliaciones conceptuales del patrimonio, pero continuaría reproduciendo los esquemas que tradicionalmente han caracterizado el discurso de la Unesco y del Comité, en relación con el patrimonio. Concretamente, ese paisaje cultural no desafía en la práctica, a la versión iluminista que consolidó la idea de la naturaleza como su elemento central, su carácter bucólico, productivo de base agrícola, de gran escala y cuyo contenido urbano estaría restringido a las ciudades de media y pequeña escala, conformadas mayoritariamente por arquitecturas tradicionales. Rio de Janeiro, con la declaratoria de una porción de la ciudad como paisaje cultural patrimonio de la humanidad levantó el debate al respecto, finalmente la decisión del Comité confirmó la permanencia de los patrones discursivos anteriormente mencionados, de belleza, dominio de la naturaleza con exclusión de las áreas urbanas de mayor diversidad y complejidad, tal como lo expone ampliamente Zamant (2015).

Consideraciones finales

El paisaje cultural aparece en el repertorio de la conservación patrimonial bajo el discurso de que éste podría ser una salida más hacia el desarrollo sostenible, y en el contexto de una discusión de larga data que el Comité mantiene sobre la necesidad de lograr el adecuado balance en la composición de la Lista, no obstante; desde una mirada más crítica, el paisaje cultural entra a participar también como recurso, como bien capitalizable para las industrias culturales y del turismo, tal como lo hace el patrimonio mundial, con casos mejor o peor sucedidos, y como el concepto que le permite a la burocracia de la conservación justificar proyectos de gran escala e inversión, que crean nuevas denominaciones según las coyunturas político-económicas.

Se hace necesario insistir en descentrar a la propuesta del desarrollo sostenible como única vía posible para el bienestar humano, lo cual conlleva reconocer que en América Latina la forma en que hemos practicado e inventado el patrimonio continua manifestando síntomas de dependencia teórica. Son casos muy específicos en los que los ejercicios de patrimonialización han integrado políticas y discursos cuyo lenguaje se distancian de las categorías eurocentradas, de los criterios dictaminados y con la inclusión activa de quienes conviven y producen el patrimonio, lo cual implica una trabajo horizontal que pocas veces se realiza. Estas tensiones implican comprender al paisaje cultural, tal como ha sido defendido, como concepto complejo y dimensión cuya administración, debe ultrapasar esas formas de dependencia colonial fijadas, ya que, como lugar colectivo su conservación debe partir de la autodeterminación de sus agentes, especialmente las comunidades, en relación con los intereses, necesidades, valores y expectativas que a él se atribuyen.



Referencias

- CONSEJO DE EUROPA. Convenio Europeo del Paisaje. Florencia: Consejo de Europa, 2000. Acceso 30 de Agosto, 2017. Disponible en: <<https://rm.coe.int/16802f3fbd>>. Accesado en 10 de setiembre de 2020.
- FIGUEIREDO, V. A categoria da paisagem cultural na prática da UNESCO, avanços, incoerências e desafios. IN: **Anais do IV Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado**. Salvador: FAUFBA, 2013.
- GIGLO, N. **La dimensión ambiental en el desarrollo de América Latina**. CEPAL. 2001. Disponible en: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2262/S2001612_es.pdf>. Accesado en 31 de agosto de 2020.
- LEFF, E. **Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 2004.
- METZGER, J. P. O QUE É ECOLOGIA DE PAISAGENS? **Biota Neotropica**, v. 1, n. 1 e 2, 2001. Disponible en: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/abstract?thematic-review+BN00701122001>>. Accesado en 10 de setiembre de 2020.
- RIBEIRO, W. R. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro. IPHAN/COPEDOC: 2007.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp. São Paulo: 2014
- SANTOS, M. Paisagem e espaço In: SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo, 1988, p. 21-26.
- SANT'ANNA, M. A cidade atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. **Tese** (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) UFBA, 2004.
- SCIFONI, S. A construção do patrimônio natural. **Tese** (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana) USP, 2006.
- SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina, conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Alemania: Colección CALAS, 2019.
- UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of World Heritage Convention. París: World Heritage Center. 2019.
- ZAMANT, V. Constelações para além do Atlântico: dinâmicas entre Brasil e Europa em torno do Valor Universal Excepcional da cidade do Rio de Janeiro. **O público e o privado**, Revista do Programa em Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Ceará. n. 22, p. 57-70, jul./dez. 2013.

